

**"SUB LEGE LIBERTAS"**

BRASÍLIA — 1980



LUIZ VIANA FILHO

## **"SUB LEGE LIBERTAS"**

Discurso pronunciado no  
dia 1.º de março de 1980, na  
2.ª Sessão Legislativa da 46.ª  
Legislatura.

BRASÍLIA — 1980



Senhores Senadores e Senhores Deputados:

Ao inaugurar este período legislativo, honra-me exprimir a satisfação, certamente de todos os Senhores Parlamentares, pelo reencontro, que assinala o reinício de nossos trabalhos. Frequentemente na vida do País, representa ele apenas festiva e esperançosa rotina. De outras feitas, porém, como ora acontece, assinala marco de relevo na existência da nacionalidade.

Quando da instalação da atual legislatura tive razão ao afirmar que, revogado o Ato Institucional nº 5, retomava o Congresso a autonomia e a segurança, essenciais ao normal e adequado desempenho das funções que lhe atribui a Constituição, de acordo com as tradições da cultura política do nosso pavor

Realmente assim foi, e período legislativo se assinalou por contínua atividade, da qual lembraremos apenas a anistia e a reformulação da legislação dos partidos políticos, diplomas de singular importância na consecução de transformações na vida do Brasil. Da anistia, de cuja benemerência, por contribuir para que somente idéias, e não ressentimentos ou discriminações, separem os brasileiros, falará o reconhecimento da história

Natural, se não imperiosa contingência da reintegração de milhares de brasileiros na vida pública, foi à implantação do pluripartidarismo, reclamado por am-

pios segmentos do País, que, face à variedade de aspirações e opiniões, dificilmente se ajustariam em duas únicas agremiações, por mais que estas houvessem buscado desempenhar vigorosamente o papel a elas reservado em fase tão difícil. Aliás, e não é demais dizê-lo, conquistaram elas, por isso mesmo, o respeito, a admiração e o reconhecimento nacional.

Impossível omitir aqui a transformação, que, graças à nova divisão, das bancadas partidárias, irá se operar nos trabalhos do Congresso em decorrência do pluripartidarismo. Acredito, porém, que a diversidade ou multiplicidade não prejudicará a impreterível unidade e determinação no sentido da definitiva criação de uma sociedade democrática fundada no império da lei, e da qual legitimamente, jamais emerge o arbítrio, fonte de opressão, violência e injustiça. Sejam quais forem nossas divergências, certamente não deitarão raízes na radicalização, "inimiga mortal da tolerância". Tenho presente, e peço licença para repeti-la, esta evocação de Milton Campos: "Podemos estar juntos, trabalhar juntos e amarmo-nos, sem que seja necessário ter o mesmo pensamento, a mesma opinião, o mesmo altar". Nas assembléias políticas, embora salutareos debates è as divergências, nem por isso é menos importante preservar-se o equilíbrio, que esclarece o pensamento e prestigia as deliberações.

Em verdade temos hoje o privilégio de testemunhar o reencontro do Brasil com as suas melhores tradições, mediante a implantação de uma ordem política mais democrática e que, malgrado os altos e baixos das circunstâncias, tal como as avaliaram os responsáveis pelo

Poder, jamais deixou de ser reconhecida e proclamada pela Revolução de 1964 como meta a ser atingida, para se' assegurar a todos os brasileiros o inalienável direito de livremente escolherem, pelo voto, o seu destino. Certamente será o termo da longa jornada iniciada no Governo do Presidente Castello Branco, e que múltiplos fatores fez bem mais demorada do que se imaginara e desejara. É que, por uma dessas fatalidades da História, já tantas vezes observada, as revoluções raramente se desenvolvem de acordo com os seus planos iniciais.

Hoje, dentro das normas que se traçou no sentido dá breve democratização do País, o Governo será tanto mais forte quanto "mais prestigiado esteja o Parlamento, cujo vigor e independência são inerentes ao nosso regime/Daí a oportunidade, se não a imprescindibilidade, de se ponderar e deliberar sobre atribuições e garantias? que preconceitos ocasionais, dele retiraram. Foram resquícios da hora em que se acreditou, por uma errônea visão do fenômeno político, na decadência ou na fraqueza dos Parlamentos, que deveriam ceder o passo a Governos fortes, capazes de decisões prontas. Foi a época das ditaduras, das quais também não escapamos, e que se.pensou destinadas a mudarem a face dos povos, assegurando-lhes prosperidade e bem-aventurança. O tempo e a alta quota de sofrimento não custaram a pôr a nu o embuste dos pregoeiros dessa nova ordem, cujos enganos e resíduos haveriam de contaminar por algum tempo as próprias democracias renascentes.

Nada impede, porém, que os Parlamentos, fortalecidos, voltem a ocupar o seu lugar, sendo reconhecidos como o instrumento político mais adequado para, den-

tro da clássica harmonia dos Poderes, proporcionar aos povos, o convívio dentro da liberdade, e a tranqüilidade fundada no respeito às maiorias legitimadas pelo voto.

Aos parlamentos, para bem desempenharem á sua alta missão, e melhor ajudarem os governos nas crescentes tarefas que lhes cabe num mundo eivado de problemas e conflitos, fora imperioso não apenas assegurar-lhes garantias impostergaveis, mas ampliar-lhes atribuições e competências sem as quais acabariam por perder a própria razão de existirem. Urge consolidarmos o Governo do povo, para o povo e pelo povo.

Poderia mesmo dizer que tão necessária quanto ampla revisão. constitucional, que seja apanágio e corõamento. do chamado movimento de abertura, é. a renovação e atualização do Legislativo, expressão mais complexa e legítima, da opinião. nacional. Será o caminho para a projeção de renovadas lideranças, que terão o. encargo de, no futuro, polarizar a confiança e as esperanças dos homens de amanhã.

Bem sabemos quanto difícil e trabalhosa a prática de verdadeira democracia, uma democracia sem adjetivos ou apelidos, sobretudo se confrontada com as sedutoras facilidades, freqüentemente corruptas e irresponsáveis, dos regimes assentados na força. Em boa hora optamos pela transitoriedade e rotatividade dos governantes através do voto, única fonte de poder numa democracia. Não devemos temer os seus riscos, e sim aceitá-los de boa mente certos de que o vencido de hoje poderá ser o vencedor de amanhã.

Mas, na medida em que cresce nossa liberdade e segurança, maiores são, permitam-me dizê-lo, se não

repeti-lo, nossas responsabilidades. Até porque, bem o sabemos todos nós, nenhum poder mais fiscalizado, mais vigiado, por vezes mais agredido pela maledicência do que o Legislativo, cujos erros e falhas, inseparáveis da condição humana, costumam ser vistos e analisados com fortes lentes de aumento, geralmente falsas, malignas e injustas. Bem sei, aliás, estarem quantos aqui representam o povo, imbuídos da convicção de que um dos nossos maiores deveres, máxime nesta fase de reformulação e reorganização da vida partidária do Brasil, está em continuarmos, pelo nosso patriotismo, devoção ao trabalho, e sinceridade de propósitos, a merecer o respeito da Nação. Para consegui-lo será imperiosa a nossa capacidade de sopitar paixões, certos de que nada se sobrepõe aos interesses e às aspirações populares. Desnecessário lembrar as horas graves, diria mesmo dolorosas que o País enfrenta para vencer contingências provenientes, em grande parte, de fatos independentes da vontade ou acima da capacidade do Brasil. E não será sem propósito acentuarmos quanto seria frutuoso para a Nação evitarmos ter a Casa dividida, para que se multiplicassem nossas forças na árdua batalha, que não é de ninguém, pois é de todos os que almejam superadas as dificuldades sociais, econômicas, financeiras e políticas impossíveis de serem ignoradas ou minimizadas.

Precisamos, porém, aceitar esse desafio do futuro, que reclama uma soma de esforços, que seguramente terão nos trabalhos do Congresso hoje reiniciados, exemplo no qual a Nação encontrará estímulo e confiança.

Se muito foi feito em busca da democracia, nem por, isso deixa de haver obstáculos a galgar, com firmeza e sabedoria. Ao próprio Governo talvez nem sempre tenha sido fácil transpô-los, tanto é notório existirem remanescentes das extremidades desejosos de um retrocesso político, que acalentam prelibando possíveis dificuldades episódicas, quiçá erros provindos dos radicais de toda a sorte. Devemos por isso mesmo estar conscientes dos perigos que a conjuntura nacional e a internacional poderão fazer maiores do que os sentimos, caso nossa prudência e determinação não souberem contorná-los, inclusive através de transações inerentes à política. Por certo, muitos são os caminhos, e cada qual deverá seguir o que lhe pareça melhor. O que não impede admitir a boa fé dos que não acompanham nossos passos. O fundamental, é que, sejam quais forem as circunstâncias, sejam quais forem os sacrifícios, permaneçamos convictos de que fora da Lei não há salvação, pois somente ela assegura a Liberdade. *Sub lege libertas.* -